



INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO SUPERIOR: A REALIDADE DE SOROCABA PELO OLHAR DOS DOCENTES

Lilian de Fatima Zanoni Nogueira
Eliete Jussara Nogueira

Resumo

Este trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado sobre o trabalho docente e a inclusão de pessoas com deficiência em instituições de Ensino Superior, baseado em Tardif, Morosini, Mancebo, Dejours, Thoma, Prioste, Eidelwein. A pesquisa de campo, foi realizada em três instituições de ensino superior da cidade de Sorocaba, com entrevistas semi-estruturadas com nove professores. A análise e interpretação dos dados utilizou Minayo. Como resultado, observa-se que as ações institucionais são individualizadas a partir dos tipos de deficiência, não clara aos docentes, e interferindo no recebimento dos alunos. Os docentes valorizaram a atuação com deficientes, relatando que a experiência acrescentou-lhes novas formas de vivenciar a docência. Foi possível identificar, uma sobrecarga de trabalho, à medida que é necessário atender o aluno subjetivamente. A flexibilização e a precarização do trabalho docente se apresentam como decorrentes da necessidade de cumprir com as atribuições rotineiras da profissão, independente da inclusão. Concluiu-se que na realidade estudada a inclusão desses deficientes no Ensino Superior interferiu positivamente no trabalho docente, porém, é urgente que sejam pensadas ferramentas de suporte para políticas educacionais inclusivas, ampliando as ações para além dos esforços individuais do docente.

Palavras Chave: Pessoas com deficiência. Trabalho docente. Ensino superior.



INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata-se da apresentação de resultados obtidos em uma pesquisa de dissertação de mestrado que teve como objetivo analisar quais interferências ocorrem no trabalho docente frente a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

Tomando o referencial de Tardif (2001, 2002) e Tardif e Raymond (2000) para analisar os saberes que constituem a profissão docente, percebe-se que há fontes diversas que inspiram as escolhas dos professores para configurar o cotidiano de seu trabalho. Os autores afirmam que os saberes da docência são plurais e heterogêneos, portanto, oriundos de diferentes fontes e processos. Entre eles, citam a história cultural dos sujeitos na escola, como uma inspiração de grande importância.

Tardif (2002) analisa, ainda, a relação entre o trabalho do professor e seu objeto de trabalho, que além do conhecimento, é, fundamentalmente, o aluno, tanto na sua dimensão individual ou grupal, quanto no processo ensino-aprendizagem. Dada essa condição, as relações que o professor estabelece com seu trabalho são de natureza humana, sujeitas a interferências valorativas e construídas num contexto de complexidade. Nesse sentido, é inadequado pensar que o professor tem controle pleno sobre seu objeto de trabalho, como acontece em outros campos profissionais.

Em meio ao cotidiano do trabalho docente, surge, nos anos recentes, uma demanda que deve ser investigada, de forma que revele quais modificações a inserção de alunos com deficiência introduz no trabalho dos professores de Ensino Superior.

Via de regra, ao pensar sobre as pessoas com deficiência, identifica-se que precisam de condições específicas para a aprendizagem, notamos que a questão da inclusão precisa ser repensada a partir do olhar do docente, o olhar daquele que trabalha tentando propiciar aos alunos em geral, e mais especificamente àquele com deficiência, condições mais adequadas de trabalho e estudo em sala de aula e fora dela.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Quais as dificuldades, qual o aprendizado dos docentes? Quais as necessidades e possibilidades do docente nessa realidade? O que muda no trabalho dos professores (as) quando em suas salas de aula trabalham com pessoas com deficiências? Em que medida a inclusão demanda novos saberes aos docentes de Ensino Superior, pode ser um enriquecimento e não empobrecimento de saberes? Pode colocá-lo em situação de intensificação? São questões que atrelado ao trabalho docente no Ensino Superior, foram levantadas, instigando nossa pesquisa.

Inicialmente é pertinente pontuar que o docente de Ensino Superior, nem sempre possui formação específica para dar conta das questões didáticas e pedagógicas. Geralmente os docentes iniciam-se nessa área de atividade pela sua experiência de prática profissional, com a intenção de ministrar conteúdos relativos a ela. Porém, observa-se que, nesse processo, não se pode separar a vida acadêmica da profissional; não se trata de ensinar as práticas do mercado de trabalho apenas, o professor se envolve na rede de relações da escola, de forma que torna-se impossível separar a personalidade individual, carga cultural e questões didático-pedagógicas.

Para Osório (2007, p. 01)

Uma sociedade se caracteriza, historicamente, pela falsa idéia de que “todos são iguais”, portanto “todos são detentores dos mesmos direitos”. A contradição desse discurso começa a ser evidenciada pelas estruturas institucionais que compõem diferentes formas de organizações das sociedades.

Num mundo de ideais e princípios presentes na história social da humanidade, podemos apreender tal contradição, somente a partir de um significado atribuído a um objeto por um determinado grupo, em suas diferentes práticas sociais, o que implica afirmar que os valores e os compromissos culturais sempre serão diferenciados de uma sociedade para outra, bem como no interior de cada sociedade. A reprodução e a adequação das estratégias



seletivas são, portanto, diferentes de uma sociedade para outra, bem como representam diferentes mecanismos de violências.

O fato de pessoas serem diferentes, ou deficientes, não pode excluí-las de sua condição de sujeitos sociais, portanto, os direitos subjetivos individuais devem ser respeitados.

Martucelli (1996), em seu artigo “As contradições políticas do multiculturalismo”, indica algumas pistas em relação as “confusas”, contraditórias e o próprio dualismo das questões que tratam as políticas para deficientes, ou outros grupos que representem minorias, ou que apresentem “com referência a uma alteridade, o mais das vezes de caráter dominante” (p.29).

Para o autor há um dilema no que diz respeito à identidade. E a “articulação entre a identidade e o político” é para o autor o problema determinante de uma sociedade multicultural.(p.18). A idéia da igualdade entre todos os homens significa que os indivíduos são considerados iguais e tratados como tais com referencia a qualidades consideradas constitutivas da “natureza” humana – a razão, a responsabilidade moral, a liberdade.(p. 20)

A equidade reconhece a pertinência política das especificidades culturais dos indivíduos e dos grupos, aceitando a idéia de um tratamento diferenciado aos membros da coletividade, considera a situação particular e concebe a igualdade a partir disso. A noção de igualdade não pode ser confundida como mera consideração das diferenças.

Silva (2006, p. 02) nos diz que:

o preconceito materializa um possível efeito do encontro entre pessoas, quando são acionados mecanismos de defesa diante de algo que deve ser combatido por constituir-se numa ameaça. Num mundo em que o medo prevalece, indicando um perigo objetivo, e, ao mesmo tempo, não possibilita sua elaboração, as formas de organização social seguem negando, de forma renovada, a diferença.



Para a mesma autora o preconceituoso afasta esse “outro”, porque ele põe em perigo sua estabilidade psíquica. Assim, o preconceito cumpre também uma função social: construir o diferente como culpado pelos males e inseguranças daqueles que são iguais. O preconceito contra as pessoas com deficiência configura-se como um mecanismo de negação social, uma vez que suas diferenças são ressaltadas como uma falta, carência ou impossibilidade.

A deficiência inscreve no próprio corpo do indivíduo seu caráter particular. O corpo deficiente é insuficiente para uma sociedade que demanda dele o uso intensivo que leva ao desgaste físico, resultado do trabalho subserviente; ou para a construção de uma corporeidade que objetiva meramente o controle e a correção, em função de uma estética corporal hegemônica, com interesses econômicos, cuja matéria-prima/corpo é comparável a qualquer mercadoria que gera lucro. A estrutura funcional da sociedade demanda pessoas fortes, que tenham um corpo “saudável”, que sejam eficientes para competir no mercado de trabalho (SILVA, 2006, p 03)

A convivência na diversidade não significa assumir a posição de espectador passivo e tolerante. O pressuposto essencial está em admitir que cada indivíduo tem direito de combinar experiências pessoais de vida com a coletividade, imprimindo, todavia, uma identidade particular que constitui sua individualidade.

O docente, não acreditando nas possibilidades do deficiente de contribuir com sua individualidade na vida coletiva, coloca o seu próprio papel em dúvida; afastando-se dessa realidade e responsabilizando o deficiente pelo seu insucesso. Observa-se que o docente ao se deparar com o diferente coloca em risco sua estabilidade, desta forma só será possível efetivar um processo relacional de inclusão se realmente o docente desejar essa experiência vivida, aceitando acrescentar como lidar com a deficiência em sala de aula.

Os docentes ao expressar tal atitude parecem expressar a visão social mais ampla sobre a deficiência presente em nossa sociedade. No caso dos professores entrevistados, o fato de negarem que sejam necessárias adaptações/diferenciais aos alunos deficientes, também se mostra como uma forma de não aceitação do mesmo.



Para Heller, (1992), “a maioria dos preconceitos tem um caráter mediata ou imediatamente social. Em outras palavras: costumamos, pura e simplesmente, assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los a casos concretos através de mediações”. (p. 49). Para a autora, conformidade é algo de que todo homem tem necessidade, porém, discute que se o ser humano não aproveita as oportunidades de mudança, de movimento para modificar a vida cotidiana, torna-se um conformista; “crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores” (p. 48)

O preconceito, então, possui nessa conceituação uma via de mão dupla, serve para resistir a uma ameaça ou intimidação e, também, para mantê-la à distância, ajudando a manter estabilidade a determinado grupo social.

Para Campos (2005, p.06), a inclusão de pessoas com deficiências no ensino “abala pilares de uma sociedade voltada para a produção e para o consumo, porque questiona o ensino promovido apenas para a competição e para o lucro “que por sua vez se fundam sobre o capital”. Não é possível separar a inclusão escolar da transformação social, ou mesmo atribuir o insucesso da inclusão a inadaptabilidade da escola, falta de apoio técnico dos professores, resistência por parte dos professores, diretores, etc. Não se deve negligenciar esses fatores, mas também não se deve atribuir a esses o insucesso.

Em uma sociedade que valoriza não apenas a força, mas a produção na dimensão do lucro, falar da inclusão sempre será contrária a essas normas e preceitos vigentes. As normas seguem homogeneizações na escola, e devem abrir mão para uma escola cidadã que construa não apenas a possibilidade das transformações sociais, mas, sobretudo, a construção da solidariedade, da humanização da humanidade por si só preceitos mais do que recorrentes em Educação. No entanto, exige-se mais que a escola faça valer estes valores, dos quais tem aberto mão sistematicamente em prol de uma sociedade de consumo. Este papel de resistência deveria ser seu verdadeiro papel, conjuntamente com a concepção de uma escola cidadã e emancipadora. (CAMPOS, 2005, p. 06)

Inclusão no ensino superior



A investigação no ensino superior teve como objetivos específicos: identificar algumas condições do trabalho docente no ensino superior; como o cotidiano docente foi modificado/interferido quando há alunos com algum tipo de deficiência em sua sala de aula; identificar qual a percepção docente sobre o cotidiano escolar e a trajetória do aluno no Ensino Superior, bem como as perspectivas deste sobre o futuro profissional do deficiente.

A pesquisa foi realizada com enfoque qualitativo, com base na pesquisa de campo, elaborada por meio de entrevistas semi-estruturadas. Realizou-se por meio da escuta de profissionais docentes, a aproximação à essa temática, acreditando que é no cotidiano do trabalho docente que se identificam as adversidades que se configuram para facilitar ou dificultar os processos inclusivos.

O procedimento para coletar as percepções dos professores sobre a inclusão envolveu 3 etapas: 1ª etapa - foi definida a cidade de Sorocaba como lócus de investigação. Para tanto, foram levantados dados junto ao INEP (2006)¹, os quais foi possível identificar o número de 23 estudantes registrados como deficientes em cinco instituições de Ensino Superior na cidade de Sorocaba. Nesse mesmo levantamento, o INEP, apresenta o número total de 10.580 estudantes em Sorocaba matriculados no Ensino Superior em 2006². 2ª etapa - entrou-se em contato com responsáveis das cinco instituições por e-mail e/ou por telefone, explicando a pesquisa e pedindo autorização para a realização de entrevistas com seus professores.

Obteve-se retorno de todas as instituições, porém duas delas relataram não ter mais alunos com deficiência (em 2009), e por isso não participariam da pesquisa. Outra instituição, também relatou a não presença desses alunos, já formados, mas autorizou o contato com seus professores. Portanto para essa pesquisa, recebemos aceite de três instituições. 3ª etapa – entrevistas

¹ Fonte oficial no qual há número geral de alunos matriculados, no qual foram encontrados ainda número de alunos deficientes matriculados por instituição. O ano de 2006, foi o levantamento mais recente observado por meio dos documentos oficiais disponíveis.

² Dado consultado em Tabela elaborada pelo Inep/DTDIE a partir do Censo Superior de 2007

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



individuais com os professores. De maneira geral, as autorizações, bem como a indicação dos professores para a entrevista, partiram das coordenações dos cursos nos quais haviam deficientes na condição de aluno.

Para a realização das entrevistas foi elaborado um roteiro estruturado da seguinte forma: inicialmente, busquei saber qual a olhar do docente de nível superior sobre sua profissão, para tanto, foram incluídas as questões gerais sobre o trabalho docente. É pertinente conhecer as impressões e representações do docente sobre seu próprio trabalho para podermos investigar a qualidade e o nível de seu investimento nos alunos com necessidades educacionais especiais. A partir desse ponto, foi abordada a questão do recebimento do deficiente na universidade, buscando informações sobre a instituição e sua estrutura para viabilizar o acesso e dar apoio aos docentes. Seguiram-se questões sobre o planejamento e procedimento didático, pois se tem como hipótese que esses aspectos do trabalho docente possam sofrer modificações significativas com o ingresso de deficientes. Outro grupo de questões diz respeito à relação do professor com o aluno deficiente. A partir desse questionamento torna-se possível investigar qual a posição do professor não só em relação à prática inclusiva, mas, ainda, em relação à sua opinião referente à formação daquele aluno, o quanto se sente responsável, quais são seus anseios, o que o preocupa e o que o incomoda.

No que diz respeito especificamente ao tema da inclusão de deficientes, há alinhamento entre as instituições pesquisadas, referente ao entendimento para o recebimento dos deficientes. As mesmas realizam uma preparação para inclusão quando algum aluno se matricula. Não houve relato de ações estabelecidas antecipadamente, espera-se a chegada das necessidades para atuar sobre elas. Individualiza-se o processo para cada caso, entendendo que cada tipo de deficiência necessita de condições específicas.

Concorda-se que algumas necessidades pedagógicas devem ser realmente entendidas e individualizadas: por exemplo, o deficiente auditivo necessita que o professor permaneça voltado para ele, já o deficiente visual precisa gravar as aulas, ou mesmo que o professor descreva figuras para que possam ser entendidas. Porém, no que diz respeito à uma política institucional,

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



discussões sobre como lidar e acolher as diferenças, estabelecer suporte aos professores são ações que independem do tipo da deficiência. Quando nos reportamos, por exemplo, ao recebimento de alunos, notamos ausência de cuidado institucional, no que refere ao vestibular, por exemplo, com variedade de formas de aplicação para atender a demanda, a arquitetura universitária com falta de placas indicativas para deficientes visuais, entre outras questões que podem favorecer o acolhimento de um deficiente no ambiente escolar.

Ressalta-se, porém, que as três instituições que se dispuseram a participar da pesquisa estão dispostas a pensar sobre a questão da inclusão. Talvez as condições institucionais não propiciem maiores investimentos nessa área, mas percebem-se nelas ações, mesmo que não referidas a uma política, que se voltam para a inclusão de deficientes. Isso se mostra à medida que as instituições se mobilizam, quer seja na formulação de políticas específicas, quer seja na aceitação inicial do deficiente, no oferecimento de adaptações nas aulas ou processos de avaliação, na tentativa de adaptar acessibilidade dos ambientes.

Os diferenciais também são notados entre as instituições, tais como o empenho para criação de programas; ou mesmo, no caso dos docentes, a disponibilidade individual, atrelada a questões relativas à personalidade do professor para o atendimento aos deficientes.

Entusiasmo, indiferença, sofrimentos diferenciados foram presenciados na coleta de dados, e no contato direto com os docentes. Observou-se, ainda, a existência de um clima de indefinição, desinformação, medo, que envolve a questão da inclusão nesse nível de ensino.

De alguma forma, os docentes entrevistados acreditam que houve uma aprendizagem pessoal ao trabalhar com a diversidade. Atrelado a isso consideram essa experiência um desafio, à medida que se deparam com uma nova realidade, que demanda maior carga de trabalho.

Observa-se inconsistência em relação à postura relativa à inclusão, que se manifestou nas entrevistas de diferentes formas. Ora com relatos de docentes que acreditam que o assistencialismo deve ser uma prática adotada, ora com exaltação da inteligência dos deficientes, caracterizando-os como “muito melhor



do que poderiam ser”, “melhor que um aluno normal”, e em outros momentos uma demonstração de visão estreita da formação do sujeito.

Os relatos dos docentes apresentam indícios de que em alguns casos os professores não conseguem fechar sua opinião sobre o assunto; embora vivenciem a situação prática, não conseguem se definir entre a crítica e a aceitação da situação de inclusão. Há uma mescla de sentimentos, vivências e personalidade do professor que se misturam com a questão da competência técnica, da preocupação com a formação, com as exigências do mercado de trabalho entre outras.

Algumas discussões sobre o preconceito puderam ser vistas nos relatos dos professores entrevistados. Tal discussão foi pensada sob a ótica de não culpabilização individual do docente pelo processo em que se produz os preconceitos.

Nota-se que, pelo menos por parte dos professores entrevistados, existe uma atitude positiva em relação à inclusão, embora eles também evidenciem as dificuldades em operacionalizá-la - seja por limitações próprias, seja por ausência de política institucional - eles ressaltam o desafio que os preocupa sobre as questões que envolvem o ensino/aprendizagem.

O mais solicitado pelos docentes entrevistados para auxiliar no trabalho é que seja criado um “padrão” para atendimento aos deficientes, que seja formalizado o que realmente se deve fazer. Esperam que seja realizada uma orientação prescrita e também a institucionalização de uma política. Tal solicitação realmente se torna complicado nessa área, já que se deve ter em mente as necessidades individuais, porém torna-se urgente que se estabeleçam nas instituições, políticas específicas que dêem direcionamento aos professores, que seja estabelecido o que a instituição deseja, o que pode oferecer, que se disponham recursos e discursos consistentes para a referência no contexto do trabalho real³ do docente.

³ Utiliza-se a linguagem trabalho real, baseado na concepção dejouriana que basicamente consiste no forma com que o trabalho realmente é realizado , aquilo que acontece no cotidiano, com todos os rearranjos necessários; o autor discute o termo diferenciando-o do trabalho prescrito (modo operatório, conteúdo determinado) que é o que se planeja para o



O que é possível perceber, ainda, é que entre os docentes de Ensino Superior há dificuldade em pedir ajuda, pois tal atitude poderia demonstrar fragilidade, já que a visão que parece predominar em tal âmbito escolar é a de que o docente deve sempre ter o domínio sobre a sala de aula, principalmente aquele com mais titulação.

A discussão sobre o tema não é linear, é contraditória, nem tudo é negativo nem tudo é positivo. Para o trabalho docente a inclusão de deficientes pode trazer ganhos em termos de sensibilidade, aprendizagem com as diferenças, descoberta de novas estratégias pedagógicas, revisão de recursos pedagógicos, melhora no contato e comunicação com os alunos; em contrapartida, tal inclusão aumenta a sobrecarga de trabalho, diminui o tempo livre, causa sentimento de impotência e desgaste emocional.

O sucesso para a inclusão efetiva, segundo os entrevistados, depende muitas vezes não só da instituição escolar e seus atores, mas também do apoio familiar, que nesses casos torna-se imprescindível para o sucesso pedagógico.

Assim como Mancebo (2007), concordamos que o trabalho docente constitui-se num lugar contraditório que suscita, a um só tempo, sobretrabalho e prazer, captura acrítica dos envolvidos para as novas demandas colocadas para a universidade, mas também espaço para invenções, pensamento e crítica.

O saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2002, p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

cotidiano profissional, mas que por questões da prática cotidiana não se efetivam. (DEJOURS, C., 1994; 1998)

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Conclui-se a partir dessa pesquisa é que não há uma linearidade em relação ao assunto, posto que o tema inclusão demanda diferentes olhares e fazeres nessa realidade no ensino superior.

A profissão docente pressupõe um envolvimento inerente ao cotidiano ocupacional que faz com que o professor utilize seu perfil para atender as necessidades não só da sala de aula, mas da expectativa social sobre a mesma. Para os docentes de Ensino Superior lidar com a questão da inclusão de deficientes, demanda não só uma predisposição para lidar com o novo, mas, supostamente, um reaprender a olhar sobre: o que se ensina, como se ensina; o que se aprende, como se aprende; o que partilhar, como partilhar; o que sentir, como sentir; o que esperar, por que esperar; o que devo fazer, como fazer; o que é meu, o que não é meu; até onde posso ir? até onde quero ir?

Para finalizar, reforçamos que há tensa complexidade no tema pesquisado, ainda várias possibilidades de aprofundar o assunto por outros olhares, assim como há a necessidade de abandonar preconceitos e reescrever novos capítulos da história dos deficientes no Ensino Superior.

*Não basta abrir a janela
Para ver os campos e o rio
Não é bastante não ser cego
Para ver as árvores as flores
É preciso também não ter filosofia nenhuma
Com filosofia não há arvores: há idéias apenas
Há um só cada um de nós, como uma cave
Há uma só janela fechada, e cada um de nós lá
fora;
E um sonho do que se poderia ver
Se a janela abrisse,
Que nunca é o que se vê quando abre a janela.*

**Fernando Pessoa - Heterenômio Alberto
Caieiro**

REFERÊNCIAS

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



CAMPOS, C. A. . Algumas considerações sobre Preconceito e Inclusão. Revista On Line, Americana SP, 02 fev. 2005

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

____. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

HELLER, Agnes (1992). **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro : Paz e Terra

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade e sobre implicação. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, Porto Alegre, RS, v.20, n.1, p.74-80, 2007.

MANCEBO, Deise; ROCHA, Marisa L. da. Avaliação na educação superior e trabalho docente. **Interações**, v.7, n.13, p.55-75, jun. 2002

MARTUCCELLI, Danilo. As contradições políticas do multiculturalismo.1996. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro n.2. p.18-32, 1996

OSORIO, A. C. N. . Estranho medo da inclusão. Educação (UFMS), v. 32, p. 301-318, 2007.

SILVA, Luciene M. O estranhamento causado pela deficiência: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro v. 11, n. 33, set. - dez. 2006

TARDIF, Maurice. ; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 21, n. 73, p. 209-244, dez. 2000.

____. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice. et al. **O trabalho docente, a didática e o ensino: interações humanas, tecnologias e dilemas**. Texto Digitado, 2000.

TARDIF, Maurice. O trabalho docente, a pedagogia e o ensino: interações humanas, tecnologia e dilemas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, RS, v. 10, n. 16, p. 7-14, jan. - jun., 2001.